

COMARCA DE TRAMANDAI – RS  
TERCEIRA VARA CÍVEL ESPECIALIZADA EM FAZENDA PÚBLICA  
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 50000506620148210073  
EXEQUENTE: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL  
EXECUTADO: SUPERMERCADO LUZITANA LTDA.  
EXECUTADO: LEONEL JESUS HENRIQUES  
EXECUTADO: HELIDA VIRGINIA NUNES HENRIQUES

### EDITAL DE HASTA PÚBLICA JUDICIAL E INTIMAÇÃO DAS PARTES

Datas: 13.07.26 e 15.07.26

Horário: 13 h

Modalidade: Pregão Eletrônico junto ao site [www.eduardovivian.com.br](http://www.eduardovivian.com.br) –  
**exclusivamente on-line** -

Eduardo Vivian, Leiloeiro Público, faz saber aos que pelo presente tiverem conhecimento que nos dias, horário e na modalidade supra informada, com base na Resolução 236 do CNJ, procederá ao apregoamento eletrônico para tentativa de venda judicial do seguinte bem:

#### **Lote 001**

Em Cidreira, na Rua Assis Brasil, 983, o lote 19, quadra 91-D, matrícula do RI de Cidreira nº 16.069, avaliado em R\$ 250.000,00. Casa averbada na matrícula com 134,00 m<sup>2</sup> de área construída, lote com área superficial de 343,75 m<sup>2</sup>, imóvel em esquina.

MATRÍCULA



**REGISTRO DE IMÓVEIS DE CIDREIRA COMARCA DE TRAMANDAÍ**

**LIVRO Nº . 2 - REGISTRO GERAL**

Cidreira, 31 de Janeiro de 2003

Fis.

1

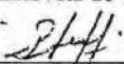
MATRÍCULA

016069

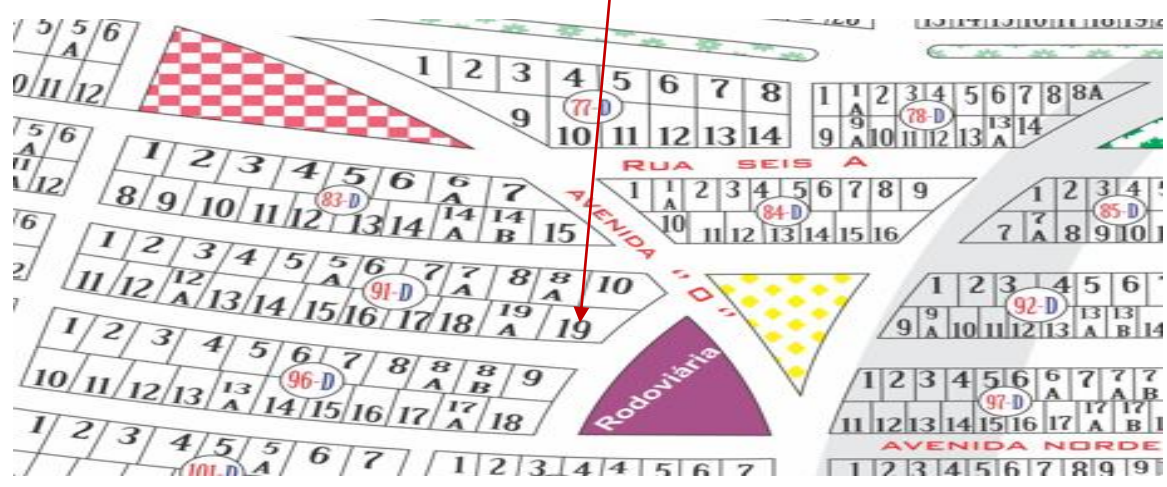
**IMÓVEL:** Um terreno urbano, com um prédio de alvenaria com a área de 134,00m<sup>2</sup> situado na Praia da Cidreira, neste Município, constituído de Parte do lote nº 19 da quadra 91-D, medindo 13,00m de frente, no alinhamento da Rua 3A, tendo nos fundos, a largura de 14,50, onde entesta com o lote nº 10, por 25,00m de extensão da frente aos fundos, por ambos os lados, perfazendo a área superficial de 343,75m<sup>2</sup>, dividindo-se por um lado, com parte do mesmo lote, e pelo outro lado, com uma Travessa sem denominação. Os lotes confrontantes são ou foram de propriedade da Agro Territorial da Cidreira Limitada.-

**PROPRIETÁRIO:** IVO DA LUZ TUBINO, brasileiro, corretor de imóveis, casado com Terezinha de Moura Tubino, residente e domiciliado na Rua Laurindo, nº239/201, em Porto Alegre-RS, portador do CPF. nº013.575.730/49.-

**PROCEDÊNCIA:** Registro de Imóveis de Tramandaí, Livro 2 de RG, matrícula nº92.841 .- Cidreira, 31 de Janeiro de 2003.-

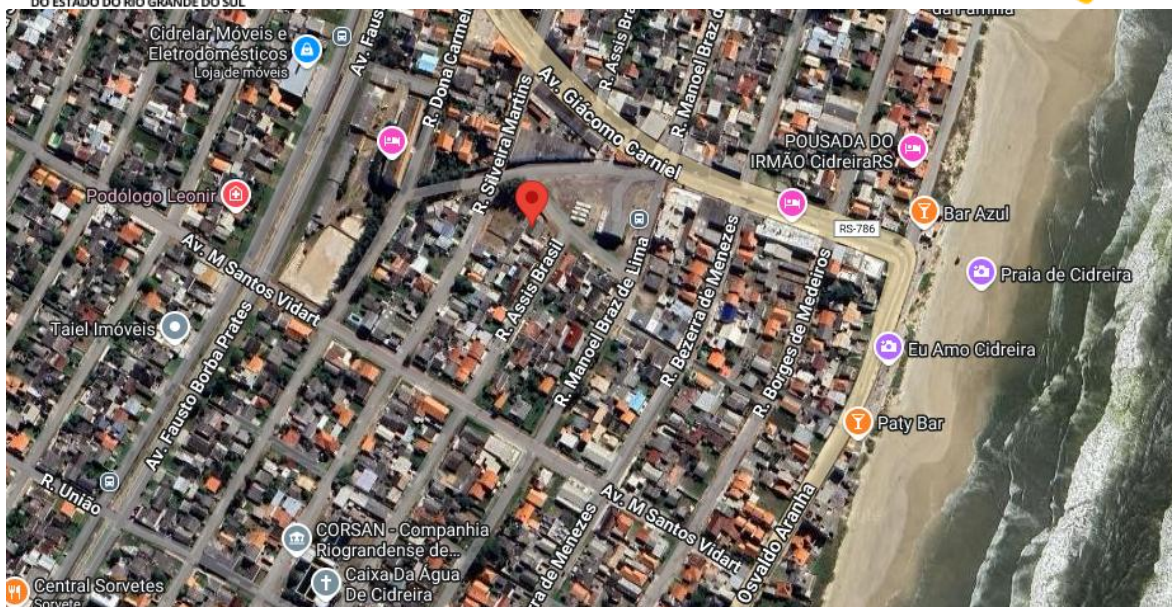
**O Oficial:**  Emol.: R\$ 7,00 = (0,5 URE).-

Rua Assis Brasil, 983, o lote 19, quadra 91-D





PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Rua Vergueiros, 163 – Tramandaí - RS – CEP 95590-000 – Fone (51) 3098-5594 -  
Balcão Virtual: (51) 51 9857-3897 E-mail: frtramanda3vciv@tjrs.jus.br



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



**Para auxiliar na localização:** [https://www.google.com/maps/@-30.1745168,-50.2047877,3a,75y,223.96h,87.46t/data=!3m7!1e1!3m5!1srYMHlaOB6I0oohIJT0uXdw!2e0!6shttps:%2F%2Fstreetviewpixels-pa.googleapis.com%2Fv1%2Fthumbnail%3Fcb\\_client%3Dmaps\\_sv.tactile%26w%3D900%26h%3D600%26pitch%3D2.542283920056903%26panoid%3DrYMHlaOB6I0oohIJT0uXdw%26yaw%3D223.9577343104377!7i13312!8i6656?entry=ttu&g\\_ep=EgoyMDI0MTEwNi4wKXMDSoASAFQAw%3D%3D](https://www.google.com/maps/@-30.1745168,-50.2047877,3a,75y,223.96h,87.46t/data=!3m7!1e1!3m5!1srYMHlaOB6I0oohIJT0uXdw!2e0!6shttps:%2F%2Fstreetviewpixels-pa.googleapis.com%2Fv1%2Fthumbnail%3Fcb_client%3Dmaps_sv.tactile%26w%3D900%26h%3D600%26pitch%3D2.542283920056903%26panoid%3DrYMHlaOB6I0oohIJT0uXdw%26yaw%3D223.9577343104377!7i13312!8i6656?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI0MTEwNi4wKXMDSoASAFQAw%3D%3D)

Pelo presente Edital ficam as partes, procuradores, herdeiros e credores intimados caso não tenham sido localizados por via postal ou pelo Senhor Oficial de Justiça. Os bens são vendidos no estado em que se encontram, sendo responsabilidade exclusiva do arrematante a vistoria, localização e identificação dos mesmos antes da venda judicial, não se admitindo reclamação posterior. Existe possibilidade de parcelamento, cabendo ao arrematante depositar pelo menos 25,00% do valor da oferta vencedora, podendo pagar o saldo em até 30 meses, cujo valor será atualizado pelo **IPCA**. As guias de depósito deverão ser retiradas mensalmente em Cartório. Até o final do pagamento o imóvel arrematado ficara como garantia, sendo registrada na matrícula ou prontuário Hipoteca Judicial ou Penhor Legal. Poderá o arrematante antecipar o pagamento de parcelas. **Artigo 895 do CPC:** **O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de**

Rua Vergueiros, 163 – Tramandaí - RS – CEP 95590-000 – Fone (51) 3098-5594 -  
Balcão Virtual: (51) 51 9857-3897 E-mail: frtramanda3vciv@tjrs.jus.br



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. Ao participar do certame de venda judicial o arrematante concorda com todos os termos do presente Edital. Em não havendo oferta igual ou superior ao valor da avaliação na primeira data, na segunda chamada serão os bens vendidos a quem mais oferecer, partindo os lances de 50,00% do valor da avaliação. No ato da arrematação ou adjudicação será paga taxa de leilão em favor do Leiloeiro Público em cheque ou dinheiro, em percentual de 10,00% sobre o valor da oferta vencedora. O arrematante deverá recolher em 24 h o valor do lance ou do sinal inicial através de depósito judicial junto ao Banrisul, cuja guia será enviada por e-mail ao arrematante. **A venda judicial ocorrerá somente no modo on-line através do site [www.eduardovivian.com.br](http://www.eduardovivian.com.br), não presencial**, não sendo aceitas ofertas via telefone, fax, e-mail, SMS, WhatsApp ou outro meio eletrônico. Dívidas de IPTU vencidas anteriormente a arrematação não se transferem ao arrematante por força do **artigo 130 do CTN**, o mesmo ocorrendo em relação a multas, IPVAs e Seguros Obrigatórios dos veículos, vencidos anteriormente a venda judicial, os quais não se transferem ao arrematante. No caso de adjudicação ou alienação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência, na forma do **artigo 908, § 1º do CPC**. Com relação ao cancelamento dos ônus sobre a matrícula incidirá o disposto nos artigos **538, 539 e 540 da Consolidação Normativa e Notarial da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Se a venda judicial for anulada por culpa do arrematante, não haverá devolução da comissão de leilão. Ônus: os constantes nas matrículas dos imóveis ou nos prontuários dos veículos, recomendando-se que os interessados obtenham cópia da matrícula junto ao Registro de Imóveis ou junto ao CRVA no caso dos automóveis. Outras informações pelo fone 99989 2009 ou 51 981467539, **em dias úteis e em horário comercial** ou pelo site [www.eduardovivian.com.br](http://www.eduardovivian.com.br). Para conhecimento das partes e interessados reproduz-se o **artigo 358 do Código**



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Penal Brasileiro - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. No caso dos imóveis, quando houver necessidade de regularização tal encargo caberá ao arrematante. Dado e passado neste Fórum, em 13.05.26.

**Eduardo Vivian**  
**Leiloeiro Público**

**Juíza de Direito**